Hobbes, pandemia e bolsonarismo: um convite à desobediência civil

Hobbes, pandemic and bolsonarism: an invitation to civil disobedience

Camila Moura de Carvalho¹
Mariana Dias Pinheiro Santos²

1 Discente do curso de Direito na Universidade Federal de Sergipe (UFS), São Cristóvão, Sergipe. Atualmente é bolsista PIBIC/COPES. Também é membro do grupo de pesquisa “Ética e Filosofia Política” da UFS e do grupo “Eficácia dos direitos humanos e fundamentais: seus reflexos nas relações sociais”.

E-mail: camilamoura@academico.ufs.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-8958-0763>

2 Graduanda do curso de filosofia da UFS, atualmente é bolsista CNPq em iniciação científica. É membro do grupo de pesquisa de Ética e Filosofia Política e representante discente do conselho departamental de Filosofia da UFS.

E-mail: marianadps4ntos@gmail.com Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3921-3164>

RESUMO: Neste trabalho, explicamos de que maneira a teoria do filósofo inglês do século XVII, Thomas Hobbes, pode ser aproveitada e aplicada, com as devidas proporções e limitações, ao atual contexto de pandemia no que circunscreve o Brasil. Mais especificamente, analisaremos a situação atual a partir de casos concretos do fenômeno definido como bolsonarismo, termo utilizado para se referir às políticas e à ideologia do atual Presidente da República Federativa do Brasil e seus filhos (também políticos). Os seguidores do bolsonarismo são conhecidos por tratarem o presidente como uma espécie de herói que irá salvar a nação. Levando em consideração a teoria hobbesiana de origem contratual do Estado Moderno – visto que este último é a base política do Ocidente – em nossa investigação, iremos recorrer aos princípios propostos pelo filósofo seiscentista para avaliar as possíveis causas que levariam ao esfacelamento do Estado brasileiro frente à atual crise governamental agravada e gerada pela pandemia do novo coronavírus. Além disso, abordaremos a necessidade de dois elementos hobbesianos basilares para assegurar a soberania estatal plenamente: a autoridade política e a liberdade republicana. A posição defendida pelo autor será estudada a partir do *Leviatã* (1651), obra que concentra a maior parte das discussões hobbesianas acerca da desobediência civil, em conjunto, certamente, com outros comentadores de peso e demais referenciais teóricos pertinentes. Por fim, trata-se de um convite à desobediência civil, associado a um autor que constrói a sua teoria a partir da submissão de súditos a um poder soberano.

Palavras-chave: Bolsonarismo. Estado. Pandemia.

ABSTRACT: In this work, we explain how the theory of Thomas Hobbes, the seventeenth-century English philosopher, can be taken and applied to the current pandemic context, with due proportions and limitations, in which Brazil is circumscribed. More specifically, we also analyze the current scenario by treating concrete cases of the phenomenon defined as bolsonarism, a term used to refer to the policies and ideology of the President of the Federative Republic of Brazil and his sons (also politicians). The bolsonarism followers are known for considering the president as a hero who will save the nation. Taking into account the Hobbesian theory of contractual origin of the Modern State – since the latter is the political basis of the West – in our investigation, we will use the principles proposed by the philosopher to evaluate the possible causes that would lead to the destruction of the Brazilian State, considering the current government crisis generated and worsened by the new coronavirus pandemic. In addition, we will address the need for two basic Hobbesian elements to fully securing state sovereignty: political authority and republican freedom. The position defended by the author will be studied from *Leviathan* (1651), a work that concentrates most of the

Hobbesian discussions about civil disobedience, together with other important commentators and other pertinent theoretical references. Finally, it is a call for civil disobedience, associated with an author who builds his theory from the submission of subjects to a sovereign power.

Key-words: *Bolsonarism. State. Pandemic.*

Introdução

Antes de adentrar propriamente no tema é importante situar o autor central para a nossa análise e o contexto histórico em que ele viveu. Thomas Hobbes – também conhecido ao assinar suas obras como Thomas Hobbes de Malmesbury, cidade em que nasceu e onde fez seus primeiros estudos – foi um teórico político e filósofo inglês do século XVII cuja obra mais célebre foi *Leviatã* (1651). Nesse sentido, uma parte do contextualismo histórico e linguístico de Skinner será adotado por nós, no sentido de que abordaremos as informações sobre Hobbes a partir de seu contexto histórico. Essa posição nos permitirá tratar os conceitos do autor seiscentista e suas respectivas mudanças levando em conta os conflitos em que o filósofo estava inserido.

A biografia de Hobbes, que está à disposição de maneira mais ampla, acaba apresentando muitas interpretações equivocadas sobre a sua obra. Exemplo disso é a ideia de que ele era um autor autoritário, jusnaturalista¹ e monarquista. Hobbes escreve em um contexto marcado por inúmeras guerras civis e pelo absolutismo monárquico inglês, o que não significa dizer, portanto, que ele era um autor absolutista em relação à monarquia, mas sim em relação ao Estado. Isso significa que ele defendia a necessidade da existência de um Estado soberano, e, para isso, explicitou algumas formas de governo em sua obra, contrariando, desse modo, a ideia de que sustentava apenas a monarquia como única forma de governo existente². Assim, na teoria do filósofo seiscentista, a autoridade política (existência de um poder soberano) e a liberdade republicana³ aparecem como basilares para assegurar a soberania plena de um Estado (HOBBS, 2008, p.144). No frontispício de *Leviatã* (1651), a figura representativa do Estado concentra em suas mãos a espada, simbolizando o poder temporal, mundano; e o cajado, o poder espiritual, religioso. Além disso, o *Leviatã* é formado pela resignação de parcela da liberdade de cada pessoa. Assim, é possível inferir que a centralização do poder no Estado, ou seja, a existência de uma autoridade política, é necessária para a garantia de uma

¹ Frateschi (2007) aponta, ainda, que o equívoco de atribuir um jusnaturalismo à teoria hobbesiana se deve, em grande medida, a má compreensão da hierarquia entre o poder e a justiça civil e divina. É inegável que a lei civil e as ações do soberano devem, ao menos em teoria, ser um reflexo da lei divina, mas isso não caracteriza, como aponta a autora, elementos suficientes para atribuir uma certa base moral à sua filosofia política. Ainda que os súditos considerem as atitudes do soberano como contrárias à lei divina, estão impedidos de desobedecê-lo, ou seja, se a lei e justiça divinas não podem ser invocadas em nome da desobediência, não podem possuir nenhum tipo de significado político. A este respeito conferir: FRATESCHI, Yara. *Liberdade e Livre-Arbítrio em Hobbes*, 2007. Em contraposição ao pensamento que rejeita a compreensão de Hobbes como um teórico essencialmente juspositivista, temos, de maneira exemplar, Leo Strauss, defensor da tese de que, na verdade, Thomas Hobbes estabelece a necessidade do direito positivo. Resumidamente, Strauss se coloca como defensor da tese de um Hobbes antinaturalista. A este respeito conferir: STRAUSS, Leo. *Direito natural e história*, 2009.

² Hobbes não aponta somente a monarquia como única forma de governo, mas apenas diz que, na sua visão, ela seria a melhor forma de governo dentre as outras. Se fosse defensor da monarquia em seu caráter absoluto, Hobbes não apresentaria outras possibilidades de forma de governo, mas unicamente o modelo monárquico. Assim, o filósofo destaca três espécies de república ou formas de governo: monarquia, democracia e aristocracia (HOBBS, 2008, p. 158-s).

³ Com a instituição da república passa a existir não qualquer tipo de liberdade, mas a liberdade republicana (em relação ao soberano e em relação ao súdito). Isso porque, a partir da teoria hobbesiana, no estado de natureza os homens já eram livres, e, portanto, poderiam fazer qualquer coisa, inclusive atentar contra as vidas uns dos outros. A este respeito conferir CARVALHO, C. M.; SILVA, S. H. S. *Ciência civil e liberdade republicana em Thomas Hobbes*, 2020.

soberania plena. O frontispício é, pois, um componente essencial da obra em questão. Sendo assim, a finalidade do Estado é a segurança individual, já que cedendo parcela de sua liberdade, os homens objetivam assegurar a própria vida e o Estado se compromete a garantir isso. Desse modo, passa a existir, também, a liberdade republicana que, ao lado da autoridade política, se apresenta como elemento primordial para garantir a soberania estatal.

Associações, em certa medida, apressadas que tratam Hobbes como um absolutista imoderado são comuns, e, nesse sentido, gostaríamos de trazer à luz alguns pontos interessantes. O primeiro deles é a existência de um grupo intitulado “hobbistas”, que, como o nome deve sugerir, baseava-se na teoria de Hobbes. O que talvez cause espanto é que este grupo era conhecido por tentar “derrubar ou subverter todos aqueles princípios de governo que têm preservado a paz deste reino através dos tempos” (CLARENDON *apud* MONTEIRO, 1998, p. 8). Em resumo, ser um “hobbista” era sinônimo de subversão e os livros do filósofo de Malmesbury foram acusados de heterodoxia e colocados no *Index*. Ainda que Hobbes tenha sido um grande defensor do poder do soberano e repudiado a execução de Carlos I, é importante lembrar que o autor foi, também, execrado com veemência por seus contemporâneos, em particular pelos grupos aristocratas e monarquistas, por conta de seus valores considerados subversivos por ser um defensor da liberdade republicana e desacreditar o direito divino que garantiria a soberania, visto que o soberano, em sua teoria, é escolhido mediante o pacto⁴.

Hobbes ficou conhecido pela sua teoria do estado de natureza, segundo a qual antes da instituição do Estado os homens viviam em uma constante condição de guerra que só poderia ser superada firmando um pacto através do uso da razão. Foi em virtude desse pacto que o filósofo se consagrou com a teoria da origem contratual do Estado e fundamentou teoricamente a construção do Estado Moderno.

Na teoria hobbesiana a necessidade de segurança e preservação da vida é um dos elementos que leva ao surgimento do Estado, pois os homens tinham o medo da morte violenta sempre possível no estado de natureza. Assim, além de instaurar a propriedade e outras garantias civis, a proteção da vida é uma das razões de existência do Estado. Da instituição do Estado derivam todos os direitos e faculdades daqueles a quem o poder soberano é conferido, mediante o consentimento do povo reunido. Como consequência dessa instituição, a partir desse contrato social estabelecido entre os próprios homens que criam o Estado e que conferem a este os poderes que possuíam no estado de natureza, temos que é impossível desfazê-la, pois quem se opor ao soberano será punido por ele. Assim sendo, caso exista rebelião, isso implica em condição de retorno ao estado de guerra. Dessa maneira, ao ter sua liberdade limitada a partir do momento em que é concedido ao Estado parcelas desta, todos passam automaticamente a autorizar as decisões do soberano, e, por isso, há que se falar em uma autoridade política instaurada.

Com a instituição da república, todos os direitos naturais existentes no estado de natureza deixam de valer, conservando-se apenas um de maneira indissolúvel: o direito de defender e preservar a própria vida, que permanece como um direito natural, conferindo aos homens o direito de resistirem aos governos. Este é mais um argumento contra os que afirmam que Hobbes é um autor jusnaturalista. No Direito, o termo “jusnaturalismo” se refere ao direito natural, que, por sua vez, é universal, imutável e inviolável, no qual as leis são impostas a todos que estão em um estado de natureza. Como abordamos, Thomas Hobbes

⁴ As afirmações aqui mencionadas foram retiradas de SKINNER, Q. *Hobbes e a Liberdade Republicana*, 2010; MONTEIRO, J. P. *A ideologia do Leviatã hobbesiano*, 1998; e RIBEIRO, R.J. *Thomas Hobbes, ou: a paz contra o clero*, 2006. As informações apontadas pelos autores supracitados são complementares, e, algumas vezes, até repetitivas, no sentido de evidenciar que Hobbes foi um filósofo considerado subversivo e afastado dos valores aristocráticos de seu tempo.

organiza sua teoria em torno desse estado natural⁵. Com a permanência desse direito natural de preservar a própria vida, mesmo após a instituição do Estado, observa-se que o juspositivismo, o direito positivo, deve estar adaptado ao direito natural, e, portanto, não é possível dizer que o filósofo de Malmesbury era um autor jusnaturalista, mas juspositivista, pois defende a necessidade de um Estado soberano que emane normas escritas, que são as leis civis.

Faz-se necessário, ainda, ressaltarmos que este artigo não é uma tentativa de atualizar o pensamento do autor, afinal, isso incorreria em um anacronismo. Podemos dizer que, em certa medida, nossa pretensão é humanista, como apontaria Skinner (2010), isto é, trata-se de uma busca de autores clássicos com o objetivo de delinear um entendimento para problemas de nosso tempo. Tal como faz Maquiavel em seu *Discorsi* (1531), mas com objetivos menos pretenciosos e mais próximos de uma investigação inacabada. Ademais, lembremo-nos que Hobbes acreditava que sua teoria tinha valores universais⁶ sustentados pela razão e linguagem⁷, o que permite, *grosso modo*, dizer que sua ciência política e da natureza humana é tida, pelo próprio autor, como atemporal. Junto a isso, acreditamos que o desejo do filósofo de Malmesbury, na conclusão da segunda parte do *Leviatã* (1651), de ter esta obra lida por algum soberano e ter sua teoria posta em prática, nos autoriza a fazer a investigação que se segue. Isto é, nosso objetivo é analisar como o autor seiscentista aborda questões que são, ainda hoje, relevantes em termos de Estado Moderno, visto que este último é a base política do Ocidente. Entretanto, trata-se de analisar as implicações contemporâneas dos princípios da teoria hobbesiana no contexto de pandemia. Assim, adentraremos nesta conjuntura para analisar o que pode ser aplicado ainda hoje tratando-se de Hobbes.

Em uma palavra, não se trata de tentar aplicar um modelo de Estado seiscentista, seja ele monárquico, tirânico, democrático ou republicano. Mesmo porque, quanto a isso, lembremo-nos que Hobbes busca, no capítulo XIX do *Leviatã* (1651), apresentar as diversas espécies de governo que um Estado pode assumir, e ainda que o autor considere a monarquia como o melhor modelo:

A diferença entre os *governos* consiste na diferença do soberano, ou pessoa representante de todos os membros da multidão. Dado que a soberania ou reside em um homem ou em uma assembleia de mais de um, e que em tal assembleia ou todos têm o direito de participar, ou nem todos, mas apenas certos homens distinguidos dos restantes, torna-se evidente que só pode haver três espécies de *governo*. Porque o representante é necessariamente um homem ou mais de um, e caso seja mais de um a assembleia será de todos ou apenas de uma parte. Quando o representante é um só homem, o governo chama-se uma monarquia. Quando é uma assembleia de todos os que se uniram, é uma democracia, ou governo popular. Quando é uma assembleia apenas de uma parte, chama-se-lhe uma aristocracia. Não pode haver outras espécies de governo, porque o poder soberano inteiro (que já mostrei ser indivisível) tem que pertencer a um ou mais homens, ou a todos⁸ (HOBBS, 1999, p. 159).

⁵ Conferir nota de rodapé número 1.

⁶ A este respeito conferir MONTEIRO, J. P. *A ideologia do Leviatã hobbesiano*, 1998.

⁷ A este respeito conferir LIMONGI, M. I. *A semântica do materialismo de Hobbes*, 2002.

⁸ Todos os grifos são nossos. No original, os termos grifados são, respectivamente, “Commonwealths” e “Commonwealth”. Dada a dificuldade de tradução do texto que, conforme expõe Ribeiro (2006), por vezes pode significar república, por vezes pode significar governo, optamos, aqui, por seguir a tradução de 1999 do *Leviatã*, em detrimento da tradução de 2008. Afinal, conforme o comentador expõe, se trata de um termo de origem cromwelliana, que teria dois significados principais associados a “bem comum” ou “coisa pública”. O primeiro significado principal, associado ao contexto hobbesiano, é “ampliado – toda e qualquer forma de governo, mesmo monárquica, enquanto visasse ao bem comum”. O segundo, por outro lado, seria “mais restrito – aquela forma de governo na qual os dirigentes são eleitos”. Em última instância, ainda que o filósofo de Malmesbury sofra influência de Cromwell, principalmente quando se trata do sentido que tal termo têm no *Leviatã*, Ribeiro nota que “Cromwell e os holandeses destacam o segundo sentido, e Hobbes, o primeiro” (RIBEIRO, 2006, p. 39). Ademais, a palavra “assembleia” encontra-se com esta grafia por conta das normas gramaticais vigentes em 1999. Para maior aprofundamento do termo

Em outras palavras, independentemente da espécie de governo que um Estado irá aderir, os princípios expostos no decorrer de sua obra não deixam de ser aplicados a qualquer outra forma de governo. O que está em questão é o desejo humano de ter a vida protegida que, por isso, cede parcela de sua liberdade ao Estado em que se encontra; uma relação na qual o governado e o (s) governante (s) devem respeitar e manter. Ou seja, ainda que o Brasil tenha um governo tripartite, os princípios hobbesianos que compõem um bom governo podem ser transpostos para o contexto de pandemia no qual estamos inseridos. Neste trabalho, analisar, portanto, a conduta dos bolsonaristas (própria dos adeptos do bolsonarismo) – definida por Hidalgo (2020) como um nós, “cidadãos de bem”, contra eles, “comunistas” coisa que remontaria o *slogan* “Brasil, ame-o ou deixe-o” a partir de um discurso no qual o negacionismo e as declamações de Bolsonaro e sua família compõem, para seus apoiadores, uma luta do bem contra o mal – e suas implicações significa investigar, de forma moderadamente humanista, em que medida as ações de Bolsonaro e sua família influenciam e podem influenciar o que ocorre e pode ocorrer diante do contexto de pandemia vivenciado no Brasil. Dito isso, pretendemos, com base, ainda, no próprio exercício proposto por Hobbes no capítulo XIII do *Leviatã* (1651), conforme aponta Ribeiro (2006), convidar o leitor a avaliar os princípios e as implicações que se seguem.

Aspectos iniciais

É possível que cause certo estranhamento ao leitor notar, em um primeiro momento, “um convite à desobediência civil” associado a um autor que, como confirma Monteiro (1998), faz um veemente apelo à obediência dos súditos perante seu soberano em suas obras *Do Cidadão* (1642) e *Leviatã* (1651), por exemplo. Quanto a isso basta lembrar, em primeiro lugar, que estudos que se dedicam a teoria da resistência, rebelião e desobediência na filosofia de Hobbes, apesar de escassos, integram parte das pesquisas de alguns comentadores. A título de exemplo, é importante lembrarmos também do trabalho desenvolvido por Pogrebinschi (2009), no qual a autora expõe que o direito de resistência ao soberano pode compor uma obrigação ou, ainda, um dever dos súditos; ou mesmo do trabalho desenvolvido por Renato Janine Ribeiro⁹ no qual é apresentado um certo “direito à desobediência” que ocorre, *grasso modo*, através da rebelião. Lembremo-nos, ainda, que o polemista seiscentista Robert Filmer (1588-1653) enfatizou essa abertura para a resistência na obra de Hobbes em *Observations concerning the originall of government* (1652). Nesse escrito, do ponto de vista da submissão dos homens perante o Estado, o poder soberano jamais pode atentar contra a vida do súdito e os homens podem se rebelar contra isso. Assim, quando se atenta contra a vida do súdito, ele tem todo o direito de resistir, se caracterizando como um direito natural inalienável e, por isso, a possibilidade de uma teoria da resistência ou da desobediência na obra de Hobbes. Evocamos esses casos apenas para advertir o leitor que a teoria hobbesiana é compatível com a desobediência civil e, de certo modo, estamos nos inserido em uma tradição que não é nova, mas pouco explorada.

Hoje vivemos em uma república federativa com tripartição de poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), tal como ressalta Frateschi (2020), muito mais próxima ao que Montesquieu desenha do que à teoria hobbesiana. Mas, como exposto anteriormente, nosso objetivo não é o de reproduzir um modelo de governo em termos hobbesianos; é, isso sim, buscar princípios capazes de caracterizar qualquer governo como bom ou, ao menos, incapaz de ser destruído por conta de enfermidades internas. Dito isso,

---

“Commonwealth”, conferir: RIBEIRO, R. J. *Thomas Hobbes, ou: a paz contra o clero*, 2006.

⁹ A este respeito conferir POGREBINSCHI, Thamy. *Os dois deuses de Hobbes. Limites da obrigação política hobbesiana*, 2009.

acreditamos que nos é lícito prosseguir nossa investigação a partir de alguns pontos de referência que a nortearam, de certo modo. Ora, em primeiro lugar devemos pensar em que medida o governo se empenha em nos proteger. Pensemos, portanto, em um ponto de referência: o estado no qual habitamos, que é o estado de Sergipe. Contamos com cerca de 2.220.000 habitantes neste pequeno estado e com base em nossa última checagem, a taxa de letalidade do coronavírus é de 7%¹⁰. Isso significa que, somente em Sergipe, cerca de 155 mil pessoas teriam a doença em seu estágio letal. Além disso, temos, hoje, no total cerca de 498.440 mil casos e quase 29 mil mortes em todo o Brasil¹¹ (ignorando a subnotificação).

O segundo ponto interessante é a disponibilidade de leitos de UTI. O indicativo é de que existe cerca de 10 a 30 leitos por 100.000 habitantes¹², o que significa que em Sergipe deveria haver 666 leitos de UTI, ou, no mínimo, 222. Até a data de submissão deste artigo, Sergipe conta com apenas 167 leitos, sendo que 146 estão ocupados¹³. Esses números, claro, são válidos quando imaginamos um caso no qual não existe risco de colapso no sistema de saúde deste estado, em resumo, a disposição de leitos é insuficiente em qualquer situação.¹⁴

O terceiro ponto refere-se a algo que ultrapassa a possibilidade de óbito por contágio do vírus, trata-se daqueles que se deparam com uma existência cada vez mais sórdida e brutal em função da falta de recursos suficientes para subsistência; referimo-nos, aqui, às classes média e baixa que estão sendo efetivamente afetadas. Vale a pena questionar, ainda, como se encontra a população de rua e de favela no meio da pandemia? E os trabalhadores autônomos e donos de negócios? Empresários, claro, não os donos da rede CeA¹⁵ que fundaram sua empresa no século XIX sendo o primeiro, e provavelmente maior, mercado varejista do mundo; mas as diversas pequenas empresas sergipanas que, por conta do coronavírus e falta de auxílio do governo, fecharam as portas¹⁶.

Além de tudo o que foi dito, o nosso atual chefe de Estado brasileiro, na contramão da maior parte do mundo, recusa assumir uma posição que proteja a vida do povo, depositando suas preocupações e impressões com o objetivo de inflamar sua base de apoio popular para que esta pressione¹⁷ os outros poderes a reabrir o comércio e tratar a pandemia como uma gripezinha. Como reflexo dessas atitudes tomadas pelo atual líder do país, podemos ver grupos promovendo carreatas e manifestações com o objetivo de tentar pressionar o fechamento do STF e a reabertura do comércio (com a presença do presidente em algumas delas)¹⁸; agressões físicas deste grupo a qualquer indivíduo que esteja fisicamente próximo e manifeste-se contrariamente; um acampamento de apoiadores (300 do Brasil¹⁹) aparentemente armado e pronto para agir caso seja necessário “proteger” o presidente da república²⁰; e, por fim, falas do atual presidente que

¹⁰ Conferir AGÊNCIA SAÚDE. *Coronavírus: 188.974 casos confirmados e 78.424 recuperados*, 2020.

¹¹ Conferir G1. *Brasil atinge 28.834 mortes por Covid-19 e passa a França no número de vítimas*, 2020.

¹² A este respeito conferir LEÃO, A. C. *Em meio à pandemia de coronavírus, Brasil precisaria de 3.200 novos leitos de UTI no SUS*, 2020.

¹³ Conferir GOVERNO DE SERGIPE. *Boletim COVID-19*, 2020.

¹⁴ Os dados expostos neste parágrafo e no precedente foram coletados em 31/05/2020.

¹⁵ Esta empresa, conforme informa Rigueira (2012), foi fundada em 1841.

¹⁶ Conferir JULIANO, H. *Mais de 600 mil pequenas empresas fecharam as portas com coronavírus*, 2020.

¹⁷ O discurso direcionado para as massas sempre, em termos hobbesianos, engendram ações, de certa forma, irracionais através de paixões e opiniões. Para maior aprofundamento conferir SANTOS, M. D. P. *Regras Hobbesianas para bem lidar com o discurso político*, 2020.

¹⁸ Conferir ALMEIDA, A; FARIAS, V; GÓES, B. *Da rampa do Planalto, Bolsonaro adere a protesto contra Moro, STF e Congresso e diz que chegou 'no limite'*, 2020.

¹⁹ A este respeito conferir LÍRIO, S. *Os 300, ou melhor, os 299 de Bolsonaro*, 2020.

²⁰ Conferir SENRA, R. *Ativista admite presença de armas em acampamento bolsonarista: 'Servem para proteção dos membros'*, 2020.

incentivam o armamento da população para evitar que ocorra uma espécie de guerra civil²¹, coisa que além de mostrar-se contraditória, parece evocar um desejo deste acontecimento²². Aparentemente, o mundo natural que, em tese, superamos, o mundo da força²³, começa a reaparecer e ameaça tomar formas cada vez maiores como no caso de um massacre, ou, na melhor²⁴ das hipóteses, uma guerra civil.

Dito isso, cabe nos dedicarmos a algumas questões. O comércio deveria, realmente, ser fechado? A taxa de letalidade, os leitos de UTI, constituem verdadeiras preocupações? Em que sentido podemos nos sentir protegidos pelo estado de Sergipe ou pelo Brasil diante da pandemia? Como devemos reagir diante de falas de um presidente que incentivam ativamente o silenciamento de qualquer tipo de oposição? Estas são algumas das tensões que pretendemos lidar ao longo do texto, fazendo uso dos princípios propostos por Hobbes. Ademais, a verdade é que não apenas quem vai ou pode virar estatística de óbito por coronavírus deve se preocupar, mas aqueles que foram afetados pelas medidas de isolamento e fechamento de comércio também devem temer por aquilo que é seu. A falta de auxílio do governo torna a vida de autônomos e informais, por exemplo, dependentes apenas de seiscentos reais para o sustento mensal: uma roleta russa tomada de um instinto pré-morte que, tal como ressalta Campos (2020), força os indivíduos mais carentes a adotar a violência como meio de defesa e sobrevivência.

Em última instância, parece que poucas pessoas têm tido sua integridade física e moral garantidas pelo governo nestes tempos de pandemia. Como se não bastasse a falta de garantia de sobrevivência, de sustento econômico e a escassez de leitos, contamos, ainda, com uma espécie de bônus: um presidente que nos faz esperar diariamente um novo atentado contra as (poucas) medidas de prevenção e sustento durante a pandemia, e disputou²⁵ sua popularidade com um ministro que anteriormente sugeriu a privatização do

---

²¹ Ainda que acusem Locke de defensor do armamento da população com fim de fornecer recursos para o direito de resistência, é importante lembrar que o caso a que fazemos referência é extremamente distinto do trabalhado por Locke em seu *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*. Em primeiro lugar, levando em conta esta linha de raciocínio, sem o objetivo de fazer qualquer tipo de apologia ou aprovação ao armamento, este deveria ser direito para todo o povo, tal como ocorre em alguns estados nos Estados Unidos da América, anterior a uma preocupação decorrente do medo do soberano em relação à sua permanência no respectivo cargo. Em segundo lugar, ao que tudo indica, é importante nos lembrarmos que o desejo do excelentíssimo presidente da república de armar a população tem como objetivo a manutenção de seu poder e aniquilação da oposição, coisa que se mostra oposta aos objetivos propostos por Locke. Em terceiro e último lugar, é importante não perdermos de vista que o armamento do povo, na teoria lockeana, tem por objetivo dar instrumentos para que o povo possa resistir a um governo caso seja necessário. No Brasil contamos com a posse de armas, isto é, os indivíduos podem manter, caso cumpram os critérios para tal, armas registradas em suas próprias casas (ainda que o indivíduo possa portar, consigo, a arma caso possa comprovar que está a caminho de um estande de tiro). De modo geral, por outro lado o porte de armas, isto é, a possibilidade de portar armas consigo em locais que extrapolem a própria residência, é extremamente restrito. Tendo isso em vista, Azevedo (2020), informa que no momento em que Bolsonaro, em uma reunião ministerial, afirma que é necessário armar seus apoiadores para garantir suas liberdades, tem o intuito de, na verdade, possibilitar um combate armado e um derramamento de sangue através de uma guerra civil. Acerca da discussão sobre porte e posse de arma conferir: G1, *Posse e porte de armas: entenda o que está valendo e o que falta definir*, 2019.

²² Conferir AZEVEDO, R. *Bolsonaro planeja guerra civil, não autogolpe*, 2020.

²³ Ribeiro (1998) aponta que vivemos, hoje, no mundo dominado pelas relações de poder, isto é, aquelas ligadas à linguagem e à manipulação. A força, por outro lado, seria um estado natural no qual um indivíduo ativo age, efetivamente, sobre um indivíduo passivo. Ou seja, a primeira requer uma participação de ambos os envolvidos na relação para que ela seja efetiva, enquanto que a segunda se caracteriza pela força que o mais forte tem sobre o mais fraco. Para maior aprofundamento conferir RIBEIRO, R. J, *A palavra democrática: ou da utopia da necessidade à utopia poética*, 1998.

²⁴ Melhor das hipóteses pois, neste caso, as condições de enfrentamento do problema seriam ao menos semelhantes para ambos os lados.

²⁵ Conferir ARCANJO, D. *Em embate com Bolsonaro, Mandetta dispara em popularidade digital e supera Lula e Huck*, 2020; CRISTINA, P. *Menos popularidade, mais controvérsia*, 2020.

SUS²⁶.

Com base no próprio exercício feito por Hobbes no capítulo XIII de *Leviatã* (1651) conforme aponta Ribeiro (2006), no qual o filósofo seiscentista convida o leitor para se atentar a algo que está próximo de si para confirmar a tese que desenvolve da desconfiança humana, trazemos dois exemplos “da vida como ela é”, isto é, situações reais que nos afligem. De certo modo, uma das consequências que podemos observar com a chegada do coronavírus no Brasil, no que diz respeito mais especificamente à educação, é o ensino remoto. A partir disso, qual conclusão imediata é possível observar? Ora, é fato conhecido a existência de desigualdade no acesso à educação em nosso país e em relação a educação remota não é diferente²⁷: a pandemia do novo coronavírus faz o ensino remoto se deparar com o desafio do acesso à internet e outras tantas limitações, como é o caso da inexperience dos alunos. Essa é apenas uma consequência da situação que estamos vivendo e que se esbarra com a má distribuição de renda e a desigualdade latentes no Brasil.

O segundo exemplo envolve os discursos divergentes acerca da adoção de medidas de enfrentamento e combate à pandemia. Com tantos questionamentos sobre a eficácia das medidas de distanciamento e isolamento social, como é o caso do fechamento do comércio, as pessoas contrárias a tais medidas utilizam o argumento de que a população morrerá de fome e que, inclusive, serão incentivadas ao cometimento de crimes para conseguir alimentos e garantir a sua sobrevivência²⁸. Seguindo esta linha argumentativa esbarramos em um ponto defendido por autores como Baratta (2011), De Giorgi (2006), Rusche e Kirchheimer (2004) e Wacquant (2003 e 2004) há certo tempo: a criminalidade possui relação direta com a miséria e a desigualdade social²⁹. Essa casuística lembra alguma coisa? A partir deste segundo exemplo, uma das últimas falas do presidente quando questionado acerca do aumento de mortes pelo covid-19 vem à tona: “E daí?”³⁰ E daí que as pessoas estão morrendo? “E daí” que a partir do momento que temos um poder soberano constituído, como é o caso do Estado brasileiro, cabe ao presidente da república, investido no seu cargo enquanto representante maior da nação, garantir a saúde que é “direito de todos e dever do Estado” segundo o artigo 196 da *Constituição brasileira* (1988). “E daí” que falas como a do chefe do Executivo no uso de sua influência e prestígio abrem espaço para a reprodução e perpetuação de agressões físicas e verbais, como veremos posteriormente³¹.

Acreditamos que com os aspectos abordados até aqui, podemos convocar Hobbes para nos aparelhar, a partir de seus princípios, com a forma pela qual podemos lidar com as tensões até então expostas e

²⁶ Conferir: CARVALHO, P. *SUS pago? Entenda falas "polêmicas" do ministro da Saúde em programa*, 2019.

²⁷ A este respeito conferir: G1. *Coronavírus faz a educação a distância esbarrar no desafio do acesso à internet e da inexperience dos alunos*, 2020.

²⁸ A este respeito conferir: BBC. *Favelas serão as grandes vítimas do coronavírus no Brasil*, diz líder de Paraisópolis, 2020. Conferir também: Nações Unidas Brasil. *Contágio ou fome, o dilema dos trabalhadores informais durante a pandemia de COVID-19*, 2020. Veja Rio. *PM reforça patrulha para evitar saques a farmácias e mercados*, 2020.

²⁹ Para maior aprofundamento conferir BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*, 2011. Conferir também: DE GIORGI, Alessandro. *A miséria governada pelo sistema penal*, 2006. A este respeito também conferir: RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*, 2004. Além de conferir também: WACQUANT, Loïc. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*, 2003; *Ibidem. As prisões da miséria*, 2004.

³⁰ A este respeito conferir: BBC. *5 vezes em que Bolsonaro disse 'e daí?' sobre temas importantes*, 2020. Conferir também: G1. *'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'*, 2020.

³¹ Como se sabe, a propagação de discursos engendrados por paixões torna os indivíduos propícios a repetição por mera fé depositada naquele que proclama. Essa reprodução, destituída de uso da razão, é refletida nos atos e falas das pessoas. Para maior aprofundamento conferir SANTOS, M. D. P. *Regras hobbesianas para bem lidar com o discurso político*, 2020.

nos questionar, ainda, se deveríamos nos rebelar contra um Estado que, ao longo dos últimos anos e principalmente agora, não tem garantido a subsistência de todos os indivíduos. Para seguirmos essa investigação, daremos quatro passos. No primeiro, precisamos entender qual o objetivo do Estado e como ele nos representa; isso fornecerá ao leitor certa noção, em termos hobbesianos, sobre quais seriam nossas garantias perante o Estado. No segundo passo, iremos nos atentar para quais atitudes o Estado deveria tomar para tornar a paz e a integridade física e moral de todos os súditos garantidas; aqui encontramos parcela dos princípios que pretendemos aplicar ao contexto brasileiro de pandemia. No terceiro, iremos evidenciar para o leitor quando (e como) seria lícito, para Hobbes, resistir. Por fim, analisaremos quais as medidas que deveriam ser tomadas pelo Estado e as implicações contemporâneas da teoria hobbesiana no contexto atual.

O surgimento e a finalidade da república ou as razões de existência do Estado

Para Hobbes, como comentado anteriormente, os homens instituem o Estado com o objetivo de superar o mundo dominado pela guerra de todos contra todos, isto é, um mundo no qual a força e a vontade de cada indivíduo são os elementos que regem a vida. Neste mundo, a desconfiança, a competição e o desejo de glória correm soltos; todos os indivíduos têm direito à absolutamente tudo e a preservação das posses dura apenas enquanto a capacidade de proteção for funcional. Nesse sentido, os homens pactuam entre si e um soberano emerge para que possa representar suas vontades – que possa ser o ator de todos os autores que o selecionaram –, este ator é denominado, por Hobbes, de *Leviatã*. É verdade que, ainda que este seja o objetivo do soberano, ele deve fazer tudo conforme sua razão apontar ser o mais adequado para a preservação da paz e da manutenção da vida do povo – ainda que isso contrarie ou se oponha à população. Mesmo que, com isto, os homens estejam inclinados a acreditar que sua liberdade foi restrita por conta do atual presidente da república, é importante nos lembrarmos que, como aponta Skinner (2010), todos os homens são livres enquanto não forem impedidos, por alguma força exterior, de transmutar suas vontades em atos. *Grosso modo*, sempre podemos renunciar a proteção do Estado, ou, ainda, nos rebelar contra ele caso nossa vontade nos direcione de forma irrevogável para esta direção, como ficará claro posteriormente. Mas, caso desejemos fazer isso, é importante estarmos cientes que o Estado ainda será detentor do poder e da força, como ressalta Frateschi (2020). Ou seja, caso nossa decisão – dos autores que contratam entre si com o intuito de instituir o Estado – seja a de ir contra o poder vigente, devemos estar cientes de que consequências estaremos assumindo, afinal, nos colocaremos, em condição de guerra, coisa que resultará em um massacre ou uma derrota.

Viver sob as decisões de um *Leviatã* significa, em última instância, abrir mão da liberdade irrestrita que temos no mundo natural, com o objetivo de delimitar para todos os espaços nos quais as liberdades individuais podem atuar e, com isso, conseguirmos escapar da desconfiança, competição e desejo de glória eminentes – que são as causas de guerras expostas por Hobbes no capítulo XIII do *Leviatã* (1651). Por essa razão é natural que nosso intelecto aponte a submissão e o respeito ao soberano como adequados, afinal, como afirma Limongi (2002), isso corrobora, em certa medida, o objetivo humano de autopreservação.

Em resumo, o soberano tem o direito de fazer tudo aquilo que julgar necessário para a paz e a prosperidade de seu governo. O Estado serve para garantir a nossa sobrevivência, uma vida confortável e nossa honra pessoal, e caso desejemos desacordar obstinadamente ou nos opor, devemos assumir o estado de guerra. Diante disso, cabe convidar o leitor a redirecionar seus olhos para o contexto de pandemia que estamos inseridos e questionar, então, se estaríamos todos em uma situação na qual deveríamos nos sujeitar

diante de todos os posicionamentos e desejos do atual líder do país ou assumir a condição de guerra que, muito provavelmente, nos colocaria em desvantagem e risco de morte eminente. Ainda que pareça, com o que foi dito até aqui, que as consequências de estar sob um regime de poder que não aprovamos são sempre sórdidas³², é importante nos lembrarmos que Hobbes não foi tão solícito quanto parece em relação ao poder soberano – como mostramos anteriormente contextualizando-o. Devemos trazer à luz, nesse sentido, três capítulos importantes do *Leviatã* (1651) para nossa investigação: XXI *Da Liberdade Dos Súditos*, XXIX *Das Causas que enfraquecem ou levam um Estado a dissolução* e o XXX *Do cargo do soberano representante*.

Em *Da liberdade dos súditos*, o que Hobbes pretende, de modo geral, é evidenciar em que condições temos a liberdade de agir politicamente ou fisicamente. Por liberdade, em sentido próprio, o autor entende “ausência de oposição externa”³³. Entretanto, suas teses estendem-se, em outros termos, até nossa liberdade diante do poder soberano, isto é, podemos ou não efetivar alguma ação sem que, com isso, o pacto seja afetado. Ora, nesse sentido, como deve ser esperado, desde o princípio, para o autor de Malmesbury, temos liberdade de agir livremente diante de tudo o que o soberano não declare um impedimento, afinal, como afirma o autor, “Nos casos em que o soberano não tenha estabelecido uma regra, o súdito tem a liberdade de fazer ou de omitir, conformemente a sua discrição”³⁴ (HOBBS, 1999, p. 177).

Dito isso, direcionemo-nos, novamente, para o contexto brasileiro atual. Nosso excelentíssimo líder, como dito anteriormente, já se declarou contra o isolamento social³⁵; demitiu um ministro por não acordar politicamente com ele³⁶; minimizou, em discursos nacionais, os danos do coronavírus; não despendeu verdadeiro empenho para auxiliar as pessoas que estão sofrendo financeiramente com a crise; atacou diretamente aqueles que considera como opositores³⁷; e, por fim, incentivou a manutenção dos sentimentos mais desgovernados em sua base de apoio popular gerando (ainda que, suponhamos, inocentemente) massacres físicos³⁸ à opositores e um acampamento de apoiadores que tem por objetivo a manutenção do poder do nosso líder³⁹. Diante disso lembremo-nos que “a obrigação dos súditos para com o soberano dura enquanto,

³² No momento em que renunciamos a proteção do Estado, nos colocamos em condição de guerra com ele e dependemos, apenas, de nossa própria proteção. Conforme Hobbes aponta no capítulo XXI do *Leviatã*, todos que atentarem contra o Estado devem ser contidos, ainda que contem com seu direito inalienável de preservação da própria vida.

³³ A definição de liberdade de Hobbes opõe-se à dos pensadores republicanos de sua época, como Milton e Hall, e tem por objetivo evidenciar que os súditos sempre estão livres e obedecem por vontade própria, ou seja, a liberdade não é removida do indivíduo por conta da sujeição deste a um governo, seja ele qual for. Para maior aprofundamento sobre o assunto conferir SKINNER, Q. *Hobbes e a liberdade republicana*, 2010.

³⁴ A discrição, em Hobbes, é um conceito que diz respeito a uma espécie de bom senso. Com isso, os homens devem estar cientes de se é adequado agir de uma determinada maneira em um determinado ambiente.

³⁵ A este respeito conferir: O GLOBO, *Bolsonaro volta a criticar isolamento social contra o coronavírus*, 2020; CANZIAN, F. *Falas de Bolsonaro contra isolamento podem ter matado mais seus eleitores, aponta estudo*, 2020.

³⁶ Conferir: MAZUI, G. *Mandetta anuncia em rede social que foi demitido por Bolsonaro do Ministério da Saúde*, 2020.

³⁷ Conferir: NÉUMANNE, J. *Bolsonaro ataca para defender os seus*, 2020.

³⁸ Conferir a este respeito: RUBELLI, A. *Bolsonaristas pagam por postagens pró-ato com ataques a Congresso e STF*, 2020; REDAÇÃO, O Estado de São Paulo, *Profissionais do Estadão são agredidos com chutes, murros e empurrões por apoiadores de Bolsonaro*, 2020; SAKAMOTO, L. *Bolsonaristas socam jornalistas para celebrar Dia da Liberdade de Imprensa*, 2020; PACHECO, L. *Domingo é marcado por confusão em protestos contra Bolsonaro*, 2020.

³⁹ O uso dos sentimentos para engendrar uma opinião, e vice-versa, se caracteriza como um ato de, em termos hobbesianos, em certa medida, manipulação; ora, um orador convence seus ouvintes, por conta do engendramento de sentimentos avessos a discrição (quanto a este termo conferir nota de rodapé 34), a adotarem uma opinião. A este respeito conferir SANTOS, M. D. P. (2020). *Regras hobbesianas para bem lidar com o discurso político*, 2020. Ademais, lembremo-nos que o bolsonarismo ocasionou, em certa medida, os “300 do Brasil” (que apoia, declaradamente, Bolsonaro). Sua líder promoveu atos antidemocráticos, solicitando, inclusive, o fechamento do STF e a volta da ditadura militar. A este respeito conferir: UOL, *Sara Winter afirma à PF que ato dos ‘300’ foi baseado na Bíblia*, diz TV, 2020.

e apenas enquanto, dura também o poder mediante o qual ele é capaz de protegê-los” (HOBBS, 1999, p. 178). E, como os exemplos aqui evocados puderam evidenciar, o objetivo pelo qual pactuamos – isto é, a manutenção da vida, do conforto desta e a integridade física e moral dos indivíduos – não têm sido garantidos por Bolsonaro.

Nesse sentido, vale listar, aqui, o que para Hobbes representa uma clara liberdade de rebelião e desobediência. Em primeiro lugar, caso o ilustríssimo líder máximo do Brasil exija que o povo se exponha ao vírus, isso caracterizaria, em termos hobbesianos, uma tentativa de nos obrigar a nos ferir, coisa com a qual não devemos acordar; não somos obrigados a tirar nossas próprias vidas, e podemos lutar da forma que julgarmos mais contundente para proteger este bem tão precioso. Em consequência disso, em segundo lugar, estamos completamente livres para fugir por medo. O direito à vida e a preservação desta, como aponta Pogrebinski (2009), é inalienável, a autopreservação moral e física não pode ser maculada pelo soberano que, por isso, como diz a autora, deve ser desobedecido. Dito isso, em terceiro lugar, somos livres, também, para agir contra a soberania caso julgemos necessário ainda que, como ressalta Frateschi (2020), disso não decorra que seremos vencedores nesta batalha. Por fim, Hobbes afirma que:

Se o soberano ordenar a alguém (mesmo que justamente condenado) que se mate, se fira ou se mutila a si mesmo, ou que não resista aos que o ataquem, ou que se abstenha de usar os alimentos, o ar, os medicamentos, ou qualquer outra coisa sem a qual não poderá viver, esse alguém tem a liberdade de desobedecer (HOBBS, 1999, p. 176).

Ou seja, para Hobbes, não é suficiente que nossa vida seja mantida, é necessário, ainda, que ela tenha condições mínimas de conforto e preservação, afinal, como dito anteriormente, estes direitos são inalienáveis e constituem princípios que devem ser aplicados a todo tipo de governo. Nesse sentido, caso esta crise político-econômica e de saúde que o povo brasileiro enfrenta, os obrigue a atentar contra o Estado, roubando para se medicar ou comer; fugindo por medo da morte; desobedecendo por não ter a honra e a vida devidamente asseguradas; ainda que a vontade que faça isso seja a do indivíduo, a causa pela qual estas atitudes foram tomadas deve-se à má administração do Leviatã, a não observância dos princípios que configurariam um bom Estado, que se mostra completamente incapaz de garantir as necessidades consideradas por Hobbes mínimas ao seu povo. Levando em consideração os argumentos expostos até agora, temos elementos suficientes para nos rebelar e desobedecer. Isso se justifica pelo fato de que a vida do súdito não está sendo devidamente protegida:

Porque o direito que por natureza os homens têm de defender-se a si mesmos não pode ser abandonado através de pacto algum. A soberania é a alma do Estado, e uma vez separada do corpo os membros deixam de receber dela seu movimento. O fim da obediência é a proteção, e seja onde for que um homem a veja, quer em sua própria espada quer na de um outro, a natureza manda que a ela obedeça e se esforce por conservá-la (HOBBS, 1999, p. 178).

Evidentemente, é importante lembrar, tais princípios não garantem que, imediatamente, o Estado irá se dissolver, afinal, como atenta Frateschi (2020), temos uma parcela da população ainda protegida (como os banqueiros e seus três trilhões para a manutenção de seus bancos e os deputados com seus ilustres auxílio paletó e moradia, por exemplo) pelo nosso Leviatã, e o poder permanece na mão dele mesmo que tomemos a decisão de desobedecer e de nos rebelar.

Lembremos, ainda, que, no capítulo XXI *Da liberdade dos súditos*, o filósofo seiscentista afirma que, em certos casos, os súditos estão dispensados da obediência ao soberano. Assim, conforme já exposto, a

obrigação dos súditos para com o soberano dura apenas enquanto dura também o poder através do qual ele é capaz de nos proteger. Mais tarde no capítulo XXX *Do Cargo do Soberano Representante*, Hobbes sustenta que é contra o dever de o soberano renunciar a qualquer direito essencial de soberania. Com essa passagem, podemos entender, de certo modo, que, a própria omissão⁴⁰ do soberano na garantia da defesa da vida permite que ele seja desobedecido. Além disso, conforme a perspectiva humanista e contextualista adotada neste trabalho, podemos observar que mesmo no contexto histórico e político hobbesiano ainda no século XVII, a vida era tratada como fundamental e o Estado surgiria para preservá-la; hoje o discurso é de que as pessoas são descartáveis. Nas palavras do autor:

e os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar segurança a ninguém. Portanto, apesar das leis de natureza (que cada um respeita quando tem vontade de respeitá-las e quando o poder fazer com segurança), se não for instituído um poder suficientemente grande para a nossa segurança, cada um confiará e poderá legitimamente confiar, apenas na sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros (HOBBS, 2008, p.144).

A partir dessa passagem, levando em conta o contexto de pandemia, das decisões do governo federal e estadual, o Estado brasileiro estaria cumprindo com o princípio fundamental hobbesiano de preservar a vida de seus cidadãos? Adiante, problematizaremos esse questionamento.

Voltando para a discussão suscitada pelo tema, o momento de pandemia que vivemos caracterizaria uma situação de guerra de todos contra todos? Ou seria uma situação de guerra de alguns contra o Estado? Por que não é possível dizer que – nos limites hobbesianos – seria um estado de natureza, um estado de guerra contra o vírus, no qual teríamos o Estado versus o vírus? Esse último questionamento é fácil de responder: o vírus é coisa que não possui um corpo e se aplicadas a ele as palavras “livre” e “liberdade” há um abuso de linguagem (HOBBS, 2008, p. 179); o vírus não tem a liberdade de que fala Hobbes. Mas a liberdade é do “súdito”, a liberdade é nossa perante o Estado; nós que a exercemos.

A partir do momento em que cedemos parcela da nossa liberdade ao Estado, em uma situação de pandemia como essa, temos o dever do Estado-soberano previsto por Hobbes: é também e principalmente nesses momentos que o Estado deve agir para respeitar os princípios que garantem a preservação adequada da vida dentro de um governo. A partir do momento em que, através do contrato, nós cedemos parcela da nossa liberdade ao Estado para governar e garantir a preservação da nossa vida, temos um exemplo da liberdade republicana em relação ao súdito⁴¹: nessa situação o Estado pode e deve tomar uma série de medidas que não se referem à proteção do nosso direito de ir e vir, mas a um direito anterior que é o direito à saúde pública, direito maior que abrange à coletividade e que sem ele não é possível “ir e vir”. Nesse sentido, em relação aos crimes contra a saúde pública, é importante destacar, por exemplo, o crime previsto no *caput* do artigo 268 do Código Penal brasileiro⁴², *ipsis litteris*:

⁴⁰ Vale destacar que condutas omissivas, trazendo para o contexto em que vivemos, implicam uma ação ou efeito de não fazer algo (A este respeito conferir: UOL. Dicionário online Michaelis. *Omissão*, 2020); um “deixar de fazer”, por exemplo, deixar de ter uma postura condizente com a de um chefe de Estado; deixar de fazer coletivas de imprensa do Ministério da Saúde para informar e atualizar o cenário nacional em relação à pandemia. Conferir também: UOL. *Dilma: 'Bolsonaro zomba dos mortos e avilta a cadeira da Presidência'*, 2020.

⁴¹ A este respeito conferir CARVALHO, C. M.; SILVA, S. H. S. *Ciência civil e liberdade republicana em Thomas Hobbes*, 2020.

⁴² Além do artigo 268 (Infração de medida sanitária preventiva) do Código Penal brasileiro, outros dispositivos do referido diploma legal podem ser evocados na situação atual de pandemia: é o caso dos artigos 131 (Perigo de contágio de moléstia grave), 132 (Perigo para a vida ou saúde de outrem) e 267 (Epidemia), por exemplo.

Infração de medida sanitária preventiva

Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:

Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa.

Tão comentado nos últimos meses através dos meios de comunicação⁴³, o artigo supracitado prevê o crime de Infração de medida sanitária preventiva punindo as pessoas que não cumpram as determinações do poder público para impedir a introdução ou a propagação de doença contagiosa, neste caso, o coronavírus. A previsão desse descumprimento visa proteger a incolumidade pública, ou seja, a coletividade, a saúde de todas as pessoas⁴⁴.

Tendo em vista que traçamos, conforme Carvalho e Silva (2020), o que seria a liberdade republicana em relação ao súdito, qual seria o exemplo de liberdade republicana em relação ao soberano? No contexto suscitado pelo tema “bolsonarismo e pandemia: um convite a desobediência civil”, o que seria a liberdade em relação ao soberano⁴⁵? Para responder tais questionamentos, partimos, novamente, da teoria do estado de natureza, isto é, cedemos parcela da nossa liberdade a esse soberano, ao Estado. Mas o que Hobbes fala sobre isso? A partir de que momento nós podemos desobedecer ao líder máximo do nosso Estado? A resposta se adequa a garantia da preservação da vida: podemos desobedecer a partir do momento em que o Estado deixa de garantir a nossa segurança, a nossa paz, porque foi com esses princípios que ele se comprometeu. Nesse exemplo, a partir desse momento nós devemos exercer a nossa liberdade em relação ao soberano. É esse direito de preservar a própria vida que irá fundamentar uma espécie de “teoria da desobediência” ou “teoria da resistência”⁴⁶ em Hobbes, sendo possível esta desobediência civil que conclamamos na teoria do filósofo, contrariando, assim, a qualificação dele como um filósofo autoritário e egoísta. Além disso, existe a possibilidade de desobediência quando o soberano, mais especificamente no nosso tema, quando o Estado deixa de preservar e garantir a nossa vida adotando e incentivando as medidas contra a pandemia. Na verdade, como já demonstramos, o que estamos vivendo é um cultivo da morte nas falas do presidente. Mais uma prova da omissão do Estado é a desarmonia e a incoerência⁴⁷ no discurso do ex-ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta e do presidente da república de modo que estamos inseridos em um contexto político no qual deliberadamente e reiteradamente existe contradição em relação às medidas adotadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Concluindo a discussão da liberdade republicana em relação ao súdito e da liberdade republicana em relação ao soberano, podemos sim desobedecer ao Estado.

Em situações como essas, a quem nós devemos dar ouvidos? Ao Governo Federal e seus representantes políticos, que possuem um posicionamento contrário em relação às medidas da OMS e que seriam o poder soberano? Ou ao discurso científico defendido pela OMS, muito mais coerente e que está na contramão desse discurso? Parece uma resposta óbvia, mas Hobbes diria: “a obediência é devida ao soberano”; que em nosso Estado, na República Federativa do Brasil, está representado na figura do presidente da República, este último que tem depositados em si confiança, prestígio, influência e expectativas em razão de

⁴³ A este respeito conferir: CONJUR. *Coronavírus e o crime de infração de medida sanitária preventiva*, 2020. Conferir também: MIGALHAS. *O crime de infração de medida sanitária preventiva*, 2020.

⁴⁴ A este respeito conferir: SALIM, Alexandre; AZEVEDO, Marcelo André de. *Direito penal parte especial: dos crimes contra a incolumidade pública aos crimes contra a administração pública*, 2017.

⁴⁵ A este respeito conferir CARVALHO, C. M.; SILVA, S. H. S. *Ciência civil e liberdade republicana em Thomas Hobbes*, 2020.

⁴⁶ Conferir a discussão suscitada no primeiro parágrafo do tópico “Aspectos iniciais” nas páginas 7 e 8.

⁴⁷ A este respeito conferir: CORREIO BRAZILIENSE. *Contrariando Bolsonaro, Mandetta incentiva pessoas a ficarem em casa*, 2020. Conferir também: UOL. *Relembre os embates entre Bolsonaro e Mandetta na crise do coronavírus*, 2020.

seu cargo, especialmente, ao conceder entrevistas a nível nacional que influem na tomada de decisões, no comportamento do povo e na própria maneira como o governo e sua equipe lidam com a pandemia, como abordado anteriormente. Além da primeira resposta supracitada, Hobbes diria ainda: “Mas é claro que a obediência é devida ao presidente e à sua equipe, até porque o ministro é nomeado pelo presidente, pelo soberano. Sendo, portanto, um representante político”. Em outras palavras, visto que o ministro da saúde é nomeado pelo presidente, a obediência também é devida ao primeiro. É possível fazer essa inferência em razão da seguinte passagem hobbesiana:

Dos ministros públicos, alguns têm a seu cargo a administração geral, quer de todo o domínio, quer de uma parte dele. No caso do todo, pode ser confiada a alguém, como protetor ou regente, pelo antecessor de um infante-rei, durante a menoridade deste, toda a administração de seu reino. Neste caso, todos os súditos têm obrigação de obediência às ordenações que faça, assim como às ordens que dê em nome do rei, desde que não sejam incompatíveis com o poder soberano (HOBBES, 2008, p. 205).

Apesar disso, sabemos que, nesse momento (e em tantas outras situações), dar ouvidos as falas do presidente seria suicídio em razão do descompasso existente entre as falas do presidente (aqui já referidas) e os danos causados pelo coronavírus⁴⁸. Então, chegamos a mais um impasse, a mais um limite da teoria hobbesiana sendo aplicada no contexto atual? Evidentemente que chegamos mesmo a um impasse, mas ele pode ser resolvido: a preservação da nossa vida está sendo ameaçada através das falas inconsequentes do presidente do Brasil, como já comentado. Será que isso não é suficiente para desobedecer ao discurso do presidente? Tanto é suficiente que pelo menos alguns governos e municípios estão se mantendo firmes nas medidas de distanciamento social⁴⁹. Essa desobediência civil é possível porque o que está em jogo é a saúde coletiva. No entanto, observe-se que a partir do momento que desobedecemos ao Estado assumimos o risco de retorno ao “estado de guerra”, ao estado de natureza teorizado por Hobbes. Mas nós já retornamos a esse estado? Será que um dia saímos dessa condição de miserabilidade e egoísmo humanos?

Das causas que enfraquecem o Estado e as enfermidades brasileiras

Antes de adentrar propriamente o capítulo XXIX, isto é, *Das Causas que enfraquecem ou levam um Estado a dissolução*, lembremo-nos que, conforme já exposto, contamos com leitos insuficientes para lidar com a pandemia – mesmo em uma situação na qual o colapso do sistema de saúde não é um risco – e que, para Hobbes, isso caracterizaria um governo despreparado e desarticulado. Conforme o filósofo de Malmesbury afirma:

Muito embora nada do que os mortais fazem possa ser imortal, contudo, se os homens se servissem da razão da maneira como fingem fazê-lo, podiam pelo menos evitar que seus Estados pudessem devido a males internos. Pois, pela natureza de sua instituição, estão destinados a viver tanto tempo quanto a humanidade, ou quanto as leis de natureza, ou quanto a própria justiça, que lhes dá vida. Portanto quando acontece serem dissolvidos, não por violência externa, mas por desordem intestina, a causa não reside nos homens enquanto matéria, mas enquanto seus obreiros e organizadores (HOBBES, 1999, p. 243)

⁴⁸ A este respeito conferir: CONGRESSO EM FOCO. “Gripezinha” e “histeria”: cinco vezes em que Bolsonaro minimizou o coronavírus, 2020. Conferir também: O GLOBO. Da ‘gripezinha’ ao ‘e daí?’, confira as reações de Bolsonaro enquanto aumentavam as mortes pela pandemia no Brasil, 2020.

⁴⁹ A este respeito conferir: MIGALHAS. Governadores e prefeitos podem estabelecer medidas contra pandemia, 2020. Conferir também: SENADO FEDERAL. Decisão do STF sobre isolamento de estados e municípios repercute no Senado, 2020.

Em outras palavras, a desorganização humana, em termos governamentais, só pode causar a desordem interna do Estado e, possivelmente, a dissolução do mesmo. Dito isso, ao redirecionar nossos olhos para o contexto de pandemia brasileiro, notamos que, conforme anteriormente exposto, os recursos para a manutenção adequada da vida e da saúde dos indivíduos são insuficientes devido a uma má gestão dos bens, coisa que coloca grande parcela dos cidadãos em uma situação na qual correm risco de morte eminente; caso contraíam o coronavírus, não poderão contar com o suporte do governo. Tendo isso em vista, é possível que ocorram alegações nas quais acusam as crises que vivemos como as culpadas da falta de agilidade e efetividade das ações do nosso Leviatã. Entretanto, quanto a isso, é importante não perdermos de vista que no capítulo supracitado, Hobbes busca apresentar as enfermidades sofridas por um Estado que podem levá-lo à dissolução. O filósofo de Malmesbury não perde de vista, logo no começo deste capítulo, que as causas que conduzem o Estado a este derradeiro fim se devem, de modo geral, à má administração dos homens que deveriam fazê-lo funcionar de forma adequada. Levando em conta o panorama de possibilidade supracitado e os problemas que enfrentamos se deverem à falta de recursos, gostaríamos de deter certa atenção na seguinte passagem:

Também existe às vezes no Estado uma doença que se assemelha à pleurisia, quando o tesouro do Estado, saindo de seu curso normal, se concentra com demasiada abundância em um ou vários indivíduos particulares, por meio de monopólios ou de contratos das rendas públicas, do mesmo modo que o sangue numa pleurisia, alcançando a membrana do tórax, causa aí uma inflamação, acompanhada de febre e de pontadas dolorosas (HOBBS, 1999, p. 249).

Dito de outro modo, a concentração de renda em determinados indivíduos fará com que o Estado pereça por sua incapacidade de fornecer estabilidade para a manutenção do governo e da vida dos indivíduos nele presentes. Essa observação não se circunscreve somente neste ponto, o autor estende a analogia aos Estados que possuem, imoderadamente, mais recursos do que outros e, com isso, se assemelham a concentração de “vermes nas entranhas do homem natural” (HOBBS, 1999, p. 250), no qual apenas uma região tem recursos suficientes e as outras sofrem por escassez; acreditamos, ainda, que a manutenção desigual que ocorre entre distintos setores do governo podem ser, em certa medida, incluídos nesta analogia. Ora, não é novidade nenhuma que o Brasil é um país no qual de um lado, há uma enorme concentração de renda disposta entre poucos indivíduos e do outro, uma enorme parcela da população encontra-se em estado de miséria ou pobreza⁵⁰; também não é novidade que nosso país tem a maior parte do PIB concentrado em estados que compõem a região Sudeste⁵¹. Por fim, já não causa mais espanto o fato de que temos uma distribuição de investimentos desigual (e por vezes criminosos)⁵² em vários setores que compõem a máquina pública do nosso país. Tendo isso em vista, no momento em que Hobbes compara o corpo do Estado a um corpo natural, e, dando continuidade à sua analogia, afirma que a concentração de recursos, seja em certos indivíduos, seja em certos estados, é comparável à uma pleurisia⁵³, podemos notar que vivemos em um país que sofre, já há algum tempo, desta enfermidade crônica que destrói a estrutura interna do corpo do Estado.

⁵⁰ Cerca de 1% da população brasileira concentra 28,3% da renda total do país. Coisa que coloca o Brasil na segunda posição entre países com maior concentração de renda. A este respeito conferir G1. *Brasil tem 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU*, 2019.

⁵¹ A este respeito conferir IBGE. *Produto Interno Bruto – PIB*, 2020.

⁵² Conferir G1 RS e RBS TV. *Operação investiga desvios de recursos públicos da saúde no RS; prefeito de Rio Pardo é preso*, 2020.

⁵³ Hobbes informa, no capítulo XXIX do *Leviatã*, que a pleurisia é caracterizada por uma concentração de sangue na membrana do tórax que causa febre e pontadas dolorosas.

Dentro desse contexto de pandemia, podemos mencionar, também, outros exemplos em relação à desigualdade, assimetria ocultadora dos princípios já elencados que caracterizariam um governo comprometido com tais condutas. Podemos notar, em certa medida, certos atos inconsequentes que ocorrem no Brasil quando lembramos da morte de parte da população que sempre esteve marginalizada e desassistida, o que coloca em evidência uma desigualdade que sempre existiu⁵⁴. A população que mora nas favelas e desde sempre é marginalizada e selecionada é nesse momento – e em tantos outros – um alvo; é a lógica de combate e extermínio do inimigo⁵⁵. Com o coronavírus no Brasil, o que nós observamos não é uma guerra de todos contra todos, mas sim uma situação de guerra de um Estado, governante ou soberano – como diria Hobbes – contra uma parcela da população. De acordo com dados do próprio Ministério da Saúde, o vírus é mais letal em pretos e pardos⁵⁶. Isso significa dizer que o coronavírus não discrimina cor ou classe social em relação ao contágio, mas tende a ameaçar de forma mais grave os carentes porque nessas comunidades a ausência do poder público é crônica. O vírus não é seletivo, seletivo é o Estado no tratamento das pessoas mais carentes. Dito isso, o que se sabe até agora é que não há ações específicas do governo nesses locais, o que existe é a organização interna de líderes comunitários junto à comunidade⁵⁷.

Diante do que foi exposto até aqui, teríamos elementos suficientes para justificar, em termos hobbesianos, nosso direito de resistir e de desobedecer às recomendações de nosso atual presidente. Mas, já nos encaminhando para a conclusão, devemos não perder de vista que precisamos levar em conta quais elementos, para Hobbes, constituiriam um bom governo que estaria, ao menos por conta de enfermidades internas, protegido da possibilidade de dissolução. Afinal, ainda que o soberano tenha poder ilimitado, como dito anteriormente, para agir como bem entender, isso não é o mesmo que dizer que seu governo será bem-sucedido ou funcional. Nesse sentido trazemos à luz o capítulo *Do cargo do soberano representante*, com o objetivo de apresentar quais princípios deveriam existir em um Estado ideal em termos hobbesianos.

Em primeiro lugar, seria necessário garantir a instrução do povo como um todo, para que este possa se afastar da mera obediência por medo e se aproximar da obediência por entende-la, e nesse sentido acreditamos que o apelo à obediência apontado por Monteiro (1998) se mostra em sua mais interessante face. O autor de Malmesbury afirma que não é possível fiar-se na afirmação e que o povo é incapaz de aprender a razão pela qual deve obedecer, afinal:

Os homens poderosos dificilmente digerem algo que estabeleça um poder para refrear suas paixões, e os homens sábios algo que descubra os seus erros, e que portanto diminua sua autoridade; ao passo que o espírito da gente vulgar, a menos que esteja marcado por uma dependência em relação aos poderosos, ou desviado com as opiniões de seus doutores, é como papel limpo, pronto para receber seja o que for que a autoridade pública queira nele imprimir (HOBBS, 1999, p. 253).

Ou seja, para Hobbes, a indocilidade⁵⁸ é menos propícia ao vulgo do que aos homens poderosos

⁵⁴ A este respeito conferir: CORREIO BRAZILIENSE. *Coronavírus é mais letal para pacientes pretos e pardos*, 2020.

⁵⁵ A este respeito conferir: ÂMBITO JURÍDICO. *O Direito Penal do Inimigo*, 2020.

⁵⁶ A este respeito conferir: CORREIO BRAZILIENSE. *Coronavírus é mais letal para pacientes pretos e pardos*, 2020.

⁵⁷ A este respeito conferir: AGÊNCIA BRASIL. *Covid-19: moradores de favelas precisam de ações de prevenção*, 2020. Conferir também: BBC. *Coronavírus: Sem plano do governo para favelas, moradores e organizações se juntam para controlar contágio*, 2020. Sobre isso ver também: EL PAIS BRASIL. *Sem ações específicas, 86% dos moradores de favelas vão passar fome por causa do coronavírus*, 2020.

⁵⁸ Termo empregado por Hobbes para designar a dificuldade de aprendizado que ocorre em função de preconceitos engrandados na mente humana.

(neste caso empregamos a terminologia adotada por Ribeiro⁵⁹), pelo simples fato de estes entenderem que adotar a humildade de aceitar o erro significaria uma perda de poder, enquanto o vulgo estaria aberto ao aprendizado por desejá-lo, em alguma medida – inclusive, o excelentíssimo presidente já afirmou que, para ele, a população miserável ou pobre é incapaz de compreender através da educação⁶⁰. Além disso, e, de certa maneira, consequentemente, o segundo ponto adotado pelo filósofo de Malmesbury no capítulo supracitado como fundamental para evitar a dissolução do Estado é que este deve ensinar o povo a se abster da violência, da vingança, da violação da honra do outro. Como já evidenciamos, a conduta de nosso Leviatã tem sido oposta a este princípio⁶¹, e, consequentemente, o que encontramos cada vez com mais frequência é a sua base de apoio popular adotando uma conduta bélica⁶² a ponto de engendrar um acampamento de apoiadores pronto para agir no momento que seja favorável ao líder máximo de nosso país. Isto, além de circunscrever-se longe de um direito de resistência⁶³, apresenta-se como um direito fundamental se não para a dissolução do Estado, para o seu enfraquecimento através de um massacre ou guerra civil.

Além disso, o pobre não deve, em circunstâncias ideais, para Hobbes, em hipótese nenhuma ser exposto às incertezas da caridade. Afinal, o miserável, assim como qualquer outro membro que componha o povo, contratou de igual forma na esperança de conseguir sua autopreservação. Tendo isso em vista, no momento em que lembramos, como anteriormente comentado, de falas como “E daí?”⁶⁴ diante do aumento de mortes por conta do coronavírus ou da renda básica que é insuficiente para a maioria dos que a recebem, podemos considerar que essa conduta é inadmissível a um Estado que preze por sua própria manutenção. O miserável, para Hobbes, deve ter sua existência e conforto garantidos como qualquer outro cidadão, e, evidentemente, este é um princípio que está sendo vastamente desprezado por nosso excelentíssimo presidente da República Federativa do Brasil. Ademais, um dos princípios fundamentais comentados pelo filósofo de Malmesbury para uma manutenção ideal do governo, consiste no alinhamento do bem do soberano com o bem do povo; acreditamos que este ponto despreza comparações em função do que foi exposto até o presente momento.

Outros princípios que devem ser adotados pelo Estado, para a sua manutenção, são a criação de políticas que lutem contra o ócio e garantam o trabalho de todos; o julgamento de ricos poderosos e pobres desafortunados executados de forma equipolente, não expondo este grupo as incertezas por conta de sua condição; e, por fim, a criação de boas leis, isto é, aquelas que são necessárias e claras⁶⁵. Quanto a estes pontos não nos estenderemos, pois para maior aprofundamento necessitaríamos investigar outros temas que se afastam, em certa medida, de nossos objetivos.

Considerações finais

Em conclusão, tais condutas explicitadas seriam, para Hobbes, as ideais para a existência de um ótimo governo incapaz de sofrer com enfermidades internas que o enfraqueça ou o dissolva. Ademais, o soberano deveria proteger e garantir a existência e o conforto para todos de forma equipolente, afinal, é por

⁵⁹ Conferir nota de rodapé 23.

⁶⁰ A este respeito conferir HBO BRASIL. *GREG NEWS | REBANHO*, 2020.

⁶¹ Conferir nota de rodapé 21.

⁶² Conferir notas de rodapé 38 e 39.

⁶³ Mesmo em termos lockeanos, quanto a isto conferir nota de rodapé 21.

⁶⁴ Conferir nota de rodapé 30.

⁶⁵ A partir dessa argumentação é possível nos questionarmos, por exemplo, se um decreto permitindo a abertura ainda que parcial ou total do comércio seria uma lei necessária diante do contexto que estamos vivendo.

esta razão que os homens pactuam entre si e cedem parcela de sua liberdade ao Estado. Entretanto, temos um gabinete do ódio – comandado por, Carlos Bolsonaro, um dos filhos do nosso presidente do Brasil – que se esforça em espalhar a desinformação e a violência contra a oposição⁶⁶; ameaças do soberano de decretos que colocam a vida de inúmeros em risco; uma grande parcela da população exposta a incerteza financeira e vital; e um Leviatã completamente desalinhado com as necessidades gerais de seu povo. Quais seriam as consequências que Hobbes apontaria para nós? Bem, podemos esperar, tranquilamente, o enfraquecimento de nosso Estado por conta de enfermidades internas caracterizadas, em um primeiro momento, pela conduta do governo, e, consequentemente, pela base de apoio popular deste que se inclina para o massacre da oposição.

Dessa maneira, adentramos em um outro impasse: pela lógica hobbesiana de surgimento da república com vistas à preservação da vida, se tudo estivesse funcionando perfeitamente, ou seja, se todos convivessem em paz e sem risco de morte violenta, nós não precisaríamos do Estado; se vivêssemos em uma situação de paz o Estado hobbesiano se esfacelaria. Em outras palavras, se tudo estivesse funcionando como deveria funcionar o Estado deixaria de existir. No que diz respeito a isso, não custa nada lembrar que o conflito é inerente e necessário ao ser humano nas suas relações⁶⁷; é constitutivo da própria natureza humana ou, como diria Hobbes, o desejo baseado na liberdade de agir a partir de interesses privados é imutável. Tais considerações leva-nos a questionar: a partir de que momento nós podemos desobedecer ao Estado? A partir do momento que esse mesmo Estado defende uma lógica de extermínio, não cumprindo sua finalidade e o seu objetivo firmado no momento em que o contrato foi pactuado. Diante disso, a desobediência civil já deveria ter sido adotada por nós há algum tempo. Levando em consideração as questões aqui analisadas, é certo que sem autoridade política e liberdade republicana sólidas – como propunha Hobbes –, observamos, consequentemente, uma soberania estatal frágil e em crise que compromete mais do que o modelo de Estado Moderno (que teve como surgimento a preservação da vida): coloca em risco a obediência civil devida ao Leviatã. Assim, vivemos no século XXI, mas diante de um contexto semelhante ao contexto hobbesiano do século XVII: de uma guerra civil refinada, se é que assim podemos dizer. E, além disso, a conservação da vida, que já aparecia como bem primordial na teoria hobbiana seiscentista, é hoje vista pelo nosso poder soberano atual como secundária, se levamos em consideração a perspectiva contextualista e humanista por nós adotada.

Essas possibilidades que levantamos são de fato viáveis? Bem, a falta de instrução do Estado fez com que moradores do povoado Angico fossem tomados pelo pânico e, além de se armarem, atuassem fogo em indivíduos infectados pelo coronavírus por temer a contaminação⁶⁸; favelas sofrem com o recolhimento de corpos de vítimas da pandemia e instituem toque de recolher por dependerem da incerteza da caridade e padecem com a falta de ação direta do Estado; povos indígenas sofrem risco de dizimação em período de pandemia⁶⁹; indivíduos são agredidos apenas por terem um posicionamento distinto da base bolsonarista e um acampamento de apoiadores foi composto para entrar em ação caso fosse “necessário”. Em última instância, na data de submissão deste artigo, ocorreu um confronto⁷⁰ entre bolsonaristas e uma frente que defendia o direito à democracia em estados como São Paulo e Rio de Janeiro; e, como sabemos, Eduardo

⁶⁶ A este respeito conferir GOMES, H. *Facebook derruba rede de contas ligadas ao clã Bolsonaro e deputados do PSL*, 2020; conferir, também, GRAIEB, C. *Gabinete do ódio existe. Ponto final*, 2020.

⁶⁷ A este respeito conferir: SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves da (Org.). *Mediação de Conflitos*, 2013.

⁶⁸ Conferir GALHARDO, R. *Moradores ateiam fogo em alojamento de contaminados pela covid na BA*, 2020.

⁶⁹ Conferir FALLET, J. *Coronavírus pode dizimar povos indígenas, diz pesquisadora*, 2020.

⁷⁰ Conferir SARDINHA, E. *PMs e manifestantes pró-democracia entram em confronto em São Paulo*, 2020.

Bolsonaro, um dos filhos do atual presidente da república, já defendeu a ruptura institucional⁷¹.

Evidentemente estes são apenas alguns dos fatos que ocorreram por conta do pânico, falta de instrução da população e incentivos do excelentíssimo presidente do Brasil ao uso do ódio – e é óbvio que somos incapazes de trazer à luz todos os eventos sórdidos que acompanham os dados diários de números de mortes por contaminação. Por fim, caberia questionar se, diante do enfraquecimento e falta de gestão do Estado, já não estamos vivendo em um momento muito próximo de um massacre ou de uma guerra civil generalizada, ou melhor, refinada; se apenas não nos demos conta deste fato ainda, por ele não ter tomado proporções nacionais. A verdade é que, dentro das projeções hobbesianas expostas ao longo deste artigo, quanto mais o governo insiste em não alterar o modo de lidar com a pandemia, mais casos sórdidos aparecerão e o seu poder e a sua força serão gradativamente enfraquecidos podendo resultar em um massacre de minorias ou em uma guerra civil generalizada. Em última instância, tudo depende de como o governo se posiciona diariamente.

Referências

- BARATTA, Alessandro. (2011). *Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal*. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011.
- BRASIL. Constituição. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.
- CAMPOS, D. (2020). *Uma razão que se expressa*. In: Mariana Lins e Mariana Santos (Org). Entre o Mito e a Política. Sergipe: Amazon, 2020.
- CARVALHO, C. M.; SILVA, S. H. S. (2020). *Ciência civil e liberdade republicana em Thomas Hobbes*. In: Marcelo de Sant'Anna Alves Primo; Saulo Henrique Souza Silva; Vladimir de Oliva Mota. (Org.). Ética e Filosofia Política: interlocuções entre a Modernidade e a Contemporaneidade. 1ed. São Paulo: Discurso Editorial, 2020.
- DE GIORGI, Alessandro. (2006). *A miséria governada pelo sistema penal*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- FILMER, R. (1652) *Observations concerning the originall of government, upon Mr Hobs 'Leviathan', Mr Milton against Salmasius, H. Grotius 'De Jure Belli*. Ed. Johann P. Sommerville. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- FRATESCHI, Y. (2007). *Liberdade e Livre-arbítrio em Hobbes*. Cadernos de História e Filosofia da Ciência (UNICAMP), v. 17, p. 41-58, 2007.
- HIDALGO, M. (2020). *Bolsonarismo e pós-verdade*. In: Mariana Lins e Mariana Santos (Org). Entre o Mito e a Política. Sergipe: Amazon, 2020.
- HOBBS, T. (1651). *Leviatã*. Coleção Os Pensadores: Hobbes. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: editora Nova Cultural, 1999.
- HOBBS, T. (1651). *Leviatã*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz N. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

⁷¹ Conferir CONGRESSO EM FOCO. *Eduardo Bolsonaro defende ruptura institucional. Oposição reage a golpismo*, 2020.

- HOBBS, T. (1651). *Leviathan*. Harmondsworth: Penguin, 1968.
- LIMONGI, M. I. (2002). A vontade como princípio do direito em Hobbes. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*. Campinas: série 3, v. 12, n. 1-2, jan.-dez, p. 89-104, 2002.
- LIMONGI, M. I. (2000). A Semântica do Materialismo de Hobbes. *Revista Analytica*. Rio de Janeiro: v. 5, nº 1-2, p. 109-135, 2000.
- LIMONGI, M. I. (2009). *Direito e Poder: Hobbes e a dissolução do Estado*. Curitiba: Dois pontos, 6(3), 181-193, 2009.
- LOCKE, J. (1689). *Dois tratados sobre o governo*. Tradução de Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MAQUIAVEL, N. (1531). *Comentários Sobre a Primeira Década de Tito Lívio - "Discorsi"*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora UnB, 1994.
- MONTEIRO, J. P. (1998). *A ideologia do Leviatã hobbesiano*. Acessado em: 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/LyLu3Xs>
- POGREBINSCHI, T. (2009). *Os dois deuses de Hobbes. Limites da obrigação política hobbesiana*. Dois Pontos, São Carlos, vol 6., nº 3, p. 147-179, 2009.
- RIBEIRO, R. J. (1998). *A palavra democrática: ou da utopia da necessidade à utopia poética*. Dossiê Direitos Humanos do séc. XXI. Revista USP, 37: p.: 102- 108, 1998.
- RIBEIRO, R. J. (2002). O letrado e o guerreiro: ou dois ensaios sobre o âmago terrível da linguagem. *Scripta*. Belo Horizonte: v. 5, n. 10, 1º sem, p. 307-320, 2002.
- RIBEIRO, R. J. (2006). *Thomas Hobbes, ou: a paz contra o clero*. Filosofia política moderna: De Hobbes a Marx Boron. CLACSO – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; DCP-FFLCH, Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, Universidade de São Paulo, 2006.
- RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. (2004). *Punição e estrutura social*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia (ICC), 2004.
- SALIM, Alexandre; AZEVEDO, Marcelo André de. (2017). *Direito penal parte especial: dos crimes contra incolumidade pública aos crimes contra a administração pública*. 5. ed. Bahia: JusPODIVM, 2017, v.3, p. 87-89, 2017.
- SANTOS, M. D. P. (2020). *Regras hobbesianas para bem lidar com o discurso político*. In: Mariana Lins e Mariana Santos (Org). *Entre o Mito e a Política*. Sergipe: Amazon, 2020.
- SILVA, L. (Org.). (2013). *Mediação de Conflitos*. São Paulo: Atlas, 2013.
- SKINNER, Quentin. (2008). *Hobbes e a liberdade republicana*. Tradução por Modesto Florezando. São Paulo: Unesp, 2010.
- STRAUSS, Leo. (2009). *Direito natural e história: introdução e tradução de Miguel Morgado*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- WACQUANT, Loïc. (2003). *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001, Revan, 2003. Acessado em: 10/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/EpsClep>
- _____. (1999). *As prisões da miséria*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004. Digitalizada. Coletivo *Sabotagem*. Acessado em: 10/07/2020 e disponível em:

<https://cutt.ly/mpsZBSj>

Links de notícias:

AGÊNCIA BRASIL. (2020). *Covid-19: moradores de favelas precisam de ações de prevenção*. Acessado em 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/fyLmE1j>

AGÊNCIA SAÚDE. (2020). *Coronavírus: 188.974 casos confirmados e 78.424 recuperados*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/tyLEvH3>

ALMEIDA, A; FARIAS, V; GÓES, B. (2020). *Da rampa do Planalto, Bolsonaro adere a protesto contra Moro, STF e Congresso e diz que chegou 'no limite'*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/eyLufBH>

ARCANJO, D. (2020). *Em embate com Bolsonaro, Mandetta dispara em popularidade digital e supera Lula e Huck*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/1phIS1d>

AZEVEDO, R. (2020). *Bolsonaro planeja guerra civil, não autogolpe*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/oyLunOe>

ÂMBITO JURÍDICO. (2020). *O Direito Penal do Inimigo*. Acessado em 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/AyLmlcO>

BBC. (2020). *5 vezes em que Bolsonaro disse 'e daí?' sobre temas importantes*. Acessado em: 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/2yLvQOU>

BBC. (2020). *Coronavírus: Sem plano do governo para favelas, moradores e organizações se juntam para controlar contágio*. Acessado 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/oyLmApe>

CANZIAN, F. (2020). *Falas de Bolsonaro contra isolamento podem ter matado mais seus eleitores, aponta estudo*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/Kphc4e3>

CONGRESSO EM FOCO. (2020). *Eduardo Bolsonaro defende ruptura institucional. Oposição reage a golpismo*. Acessado em 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/yyLEooJ>

CONGRESSO EM FOCO. (2020). *“Gripezinha” e “histeria”: cinco vezes em que Bolsonaro minimizou o coronavírus*. Acessado em 10/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/opdyZDi>

CONJUR. (2020). *Coronavírus e o crime de infração de medida sanitária preventiva*. Acessado em 10/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/kps7rGt>

CORREIO BRAZILIENSE. (2020). *Contrariando Bolsonaro, Mandetta incentiva pessoas a ficarem em casa*. Acessado em 10/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/npdpCOi>

CORREIO BRAZILIENSE. (2020). *Coronavírus é mais letal para pacientes pretos e pardos*. Acessado em 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/RyLmdKP>

CRISTINA, P. (2020). *Menos popularidade, mais controvérsia*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/CphzEAB>

EL PAIS BRASIL. (2020). *Sem ações específicas, 86% dos moradores de favelas vão passar fome por causa do coronavírus*. Acessado 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/1yLmPzk>

FALLET, J. (2020). *Coronavírus pode dizimar povos indígenas, diz pesquisadora*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/eyLuOpv>

FRATESCHI, Y. (2020). *O Leviatã e a pandemia por Yara Frateschi videoaula 2*. Acessado em

30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/GyLuROa>

GRAIEB, C. (2020). *Gabinete do ódio existe. Ponto final*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/yphU2Yo>

GALHARDO, R. (2020). *Moradores ateiam fogo em alojamento de contaminados pela covid na BA*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/ZyLuPZO>

GOMES, H. (2020). *Facebook derruba rede de contas ligadas ao clã Bolsonaro e deputados do PSL*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/RphIWdv>

GOVERNO DE SERGIPE. (2020). *Boletim COVID-19*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/pyLoACr>

GUIMARÃES, L. (2020). *Favelas serão as grandes vítimas do coronavírus no Brasil, diz líder de Paraisópolis*. Acessado em 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/TyLvYhi>

G1. (2019). *Brasil tem 2ª maior concentração de renda do mundo, diz relatório da ONU*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/cyLoSKm>

G1. (2019). *Posse e porte de armas: entenda o que está valendo e o que falta definir, 2019*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/WphkOGM>

G1. (2020). *Brasil atinge 28.834 mortes por Covid-19 e passa a França no número de vítimas*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/HyLoGvt>

G1. (2020). *Coronavírus faz a educação a distância esbarrar no desafio do acesso à internet e da inexperience dos alunos*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/OyLcRZN>

G1. (2020). *'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; 'Sou Messias, mas não faço milagre'*. Acessado em 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/jyLvWdd>

G1 RS e RBS TV. (2020). *Operação investiga desvios de recursos públicos da saúde no RS; prefeito de Rio Pardo é preso*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/zyLipaN>

HBO BRASIL. (2020). *GREG NEWS | REBANHO*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/xyLumLN>

IBGE. (2020). *Produto Interno Bruto – PIB*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/WyLprPN>

JULIÃO, H. (2020). *Mais de 600 mil pequenas empresas fecharam as portas com coronavírus*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/ZphOslg>

LEÃO, A. C. (2020). *Em meio à pandemia de coronavírus, Brasil precisaria de 3.200 novos leitos de UTI no SUS*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/eyLy3bG>

LÍRIO, S. (2020). *Os 300, ou melhor, os 299 de Bolsonaro*. Acessado em 30/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/YyLuxIM>

MAZUI, G. (2020). *Mandetta anuncia em rede social que foi demitido por Bolsonaro do Ministério da Saúde*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/pphbpzW>

MIGALHAS. (2020). *O crime de infração de medida sanitária preventiva*. Acessado em 10/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/bps7qoT>

MIGALHAS. (2020). *STF: Governadores e prefeitos podem estabelecer medidas contra pandemia*.

Acessado em 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/wyLnIE7>

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. (2020). *Contágio ou fome, o dilema dos trabalhadores informais durante a pandemia de COVID-19*. Acessado em 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/myLc8Za>

NÊUMANNE, J. (2020) Bolsonaro ataca para defender os seus. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/WphbHo5>

O GLOBO. (2020). Bolsonaro volta a criticar isolamento social contra o coronavírus. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/kphcjZf>

O GLOBO. (2020). *Da 'gripezinha' ao 'e daí?', confira as reações de Bolsonaro enquanto aumentavam as mortes pela pandemia no Brasil*. Acessado em 10/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/2pdyBCu>

PACHECO, L. *Domingo é marcado por confusão em protestos contra Bolsonaro*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/lphTKeF>

REDAÇÃO, O Estado de São Paulo. (2020). *Profissionais do Estadão são agredidos com chutes, murros e empurrões por apoiadores de Bolsonaro*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/fphRD6Q>

RIGUEIRA, M. (2012). *C&A completa 36 anos de atuação no Brasil*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/FphjqEZ>

RUBELLI, A. (2020) Bolsonaristas pagam por postagens pró-ato com ataques a Congresso e STF. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/9phEIZ0>

SARDINHA, E. (2020). *PMs e manifestantes pró-democracia entram em confronto em São Paulo*. Acessado em 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/oyLEo6v>

SAKAMOTO, L. (2020). *Bolsonaristas socam jornalistas para celebrar Dia da Liberdade de Imprensa*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/QphTmgT>

SENADO FEDERAL. (2020). *Decisão do STF sobre isolamento de estados e municípios repercute no Senado*. Acessado em 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/2yLnY4E>

SENRA, R. (2020). *Ativista admite presença de armas em acampamento bolsonarista: 'Servem para proteção dos membros'*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/yphksLY>

UOL. (2020). Dicionário online Michaelis. *Omissão*. Acessado em 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/cyLb3vh>

UOL. (2020). *Dilma: 'Bolsonaro zomba dos mortos e avilta a cadeira da Presidência'*, 2020. Acessado em 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/qyLR9e8>

UOL. (2020). *Relembre os embates entre Bolsonaro e Mandetta na crise do coronavírus*. Acessado em 10/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/BpdpLRW>

UOL. (2020). *Sara Winter afirma à PF que ato dos '300' foi baseado na Bíblia, diz TV*. Acessado em 11/07/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/YphYulo>

Veja Rio. (2020). *Covid-19: PM reforça patrulha para evitar saques a farmácias e mercados*. Acessado em 31/05/2020 e disponível em: <https://cutt.ly/UyLvwmnd>

Artigo recebido em: 31 de maio de 2020

Artigo aceito em: 12 de julho de 2020